

19/12/2019

APEOESP

98

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTB** e **CUT**

APEOESP REÚNE-SE COM SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO

Em reunião realizada em 19/12/2019 com o Secretário Estadual da Educação, a Diretoria da APEOESP apresentou as principais demandas com relação à atribuição de classes e aulas pautadas pelo Conselho Estadual de Representantes em 17/12.

Uma das questões é relativa à determinação contida na Resolução SE 71/2019, para que os professores que entram com nova licença médica, sequencial, tenha reduzida compulsoriamente sua jornada de trabalho a cada vez em que isso venha a ocorrer. Consideramos que se trata de medida injusta, porque o professor e a professora não escolhem adoecer. Assim, estarão sendo duplamente punidos. Além do mais, é o próprio Estado que concede a licença saúde, atestando que o profissional está doente. Não poderia, portanto, tomar medida que vai em sentido contrário. O Secretário afirmou que avaliará uma eventual revisão deste dispositivo.

Outra questão diz respeito ao tempo a mais que os professores permanecerão nas escolas em função das alterações de carga horária e tempo de duração das aulas definidas na Resolução SE 72/2019. A APEOESP chamou a atenção, sobretudo, para o período noturno e para o prejuízo desse acréscimo diário de jornada para as situações de acúmulo.

O Sindicato também apresentou questionamentos em relação à forma impositiva como está sendo definida pela SEDUC a realização dos ATPL por áreas em dias fixos. A APEOESP reivindicou que as escolas, por

meio dos Conselhos de Escolas, definam, nesse caso, os horários de realização dos ATPL, para que todos os professores sejam contemplados em suas necessidades, sem prejudicar docentes que ministram aulas em diversas unidades ou possuam acúmulo. O Secretário argumentou que existe um dispositivo na Resolução que assegura flexibilidade para resolver casos omissos. Porém, a APEOESP reiterou que é preciso garantir que as decisões sejam coletivas e que seja respeitado o papel do Conselho de Escola.

Nova reunião

Frente às questões levantadas, ficou definida a realização de uma reunião técnica nesta sexta-feira, 20/12, para aprofundamento e nova reunião com o Secretário da Educação no dia 26/12.

Assembleia em 04/02

Em seguida a Diretoria Estadual Colegiada se reuniu e reafirmou a convocação da Assembleia Estadual para 4/2/2020, não somente para lutar contra a reforma da previdência, mas pelo conjunto das reivindicações, iniciando a campanha salarial do ano que vem. A DEC também decidiu pela realização de uma campanha contra o assédio moral e violência nas escolas, pela democracia e contra toda forma de autoritarismo, pois a pesquisa da APEOESP mostrou aumento desses problemas na rede estadual de ensino. Um publicação será lançada com a análise da pesquisa lançada no dia 18/12.

Secretaria de Comunicação